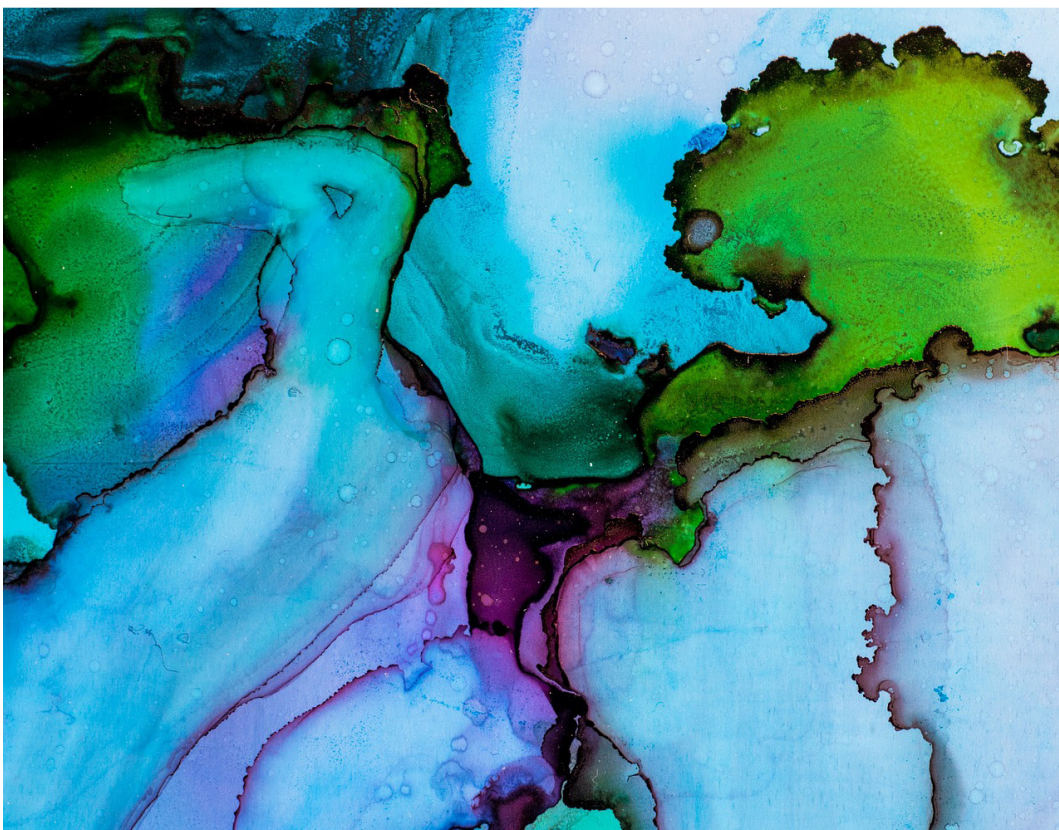


Cadernos **IHU** *ideias*



JESUÍTAS BRASIL

ISSN 1679-0316 (impresso) • ISSN 2448-0304 (online)
ano 19 • nº 324 • vol. 19 • 2021



O trabalho humano no magistério do Papa Francisco

André Langer



INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS



Cadernos
IHU *ideias*

**O trabalho humano no magistério do
Papa Francisco**

André Langer

Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná e
mestre em Ciências Sociais Aplicadas pela Unisinos

ISSN 1679-0316 (impresso) • ISSN 2448-0304 (online)
ano 19 • nº 324 • vol. 19 • 2021



Resumo

O presente artigo tem por finalidade apresentar uma análise sobre a temática do trabalho no magistério do Papa Francisco. São explorados três aspectos que, como vastos canteiros de obras, podem contribuir para a renovação das reflexões em torno do tema: a dignidade do trabalho; a relação trabalho e ecologia; e, finalmente, a renda básica universal, na linha da revitalização da justiça distributiva. Não são canteiros separados. Ao invés, devem ser compreendidos como elos interligados que além das partes específicas têm áreas comuns, e que se retroalimentam permanentemente.

Palavras-chave: Trabalho. Papa Francisco. Ecologia. Justiça distributiva.

Abstract

This article presents an analysis on the theme of work in the magisterium of Pope Francis. Three aspects are explored to contribute to a renewal of reflections on the theme: the dignity of work; the relationship between work and ecology; and the universal basic income, in line with the revitalization of distributive justice. They are not separate beds. When accumulating, they must be understood as interconnected links that, in addition to specific parts, have common areas, and that feed back permanently.

Key words: Labour. Pope Francis. Ecology. Distributive Justice

Cadernos IHU ideias é uma publicação quinzenal impressa e digital do **Instituto Humanitas Unisinos** – IHU que apresenta artigos produzidos por palestrantes e convidados(as) dos eventos promovidos pelo Instituto, além de artigos inéditos de pesquisadores em diversas universidades e instituições de pesquisa. A diversidade transdisciplinar dos temas, abrangendo as mais diferentes áreas do conhecimento, é a característica essencial desta publicação.

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS

Reitor: Marcelo Fernandes de Aquino, SJ

Vice-reitor: Pedro Gilberto Gomes, SJ

Instituto Humanitas Unisinos

Diretor: Inácio Neutzling, SJ

Gerente administrativo: Nestor Pilz

ihu.unisinos.br

Cadernos IHU ideias

Ano XIX – Nº 324 – V. 19 – 2021

ISSN 1679-0316 (impresso)

ISSN 2448-0304 (online)

Editor: Prof. Dr. Inácio Neutzling – Unisinos

Conselho editorial: MS Rafael Francisco Hiller; Profa. Dra. Cleusa Maria Andreatta; Prof. Dr. Lucas Henrique da Luz; MS Marcia Rosane Junges; Profa. Dra. Marilene Maia; Profa. Dra. Susana Rocca.

Conselho científico: Prof. Dr. Adriano Naves de Brito, Unisinos, doutor em Filosofia; Profa. Dra. Angelica Massuquetti, Unisinos, doutora em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade; Profa. Dra. Berenice Corsetti, Unisinos, doutora em Educação; Prof. Dr. Celso Cândido de Azambuja, Unisinos, doutor em Psicologia; Prof. Dr. César Sanson, UFRN, doutor em Sociologia; Prof. Dr. Gentil Corazza, UFRGS, doutor em Economia; Profa. Dra. Suzana Kilpp, Unisinos, doutora em Comunicação.

Responsável técnico: Bel. Guilherme Tenher Rodrigues

Imagem da capa: Pixabay

Revisão: Carla Bigliardi

Editoração: Guilherme Tenher Rodrigues

Impressão: Impressos Portão

Cadernos IHU ideias / Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Instituto Humanitas Unisinos. – Ano 1, n. 1 (2003). – São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2003. . v.

Quinzenal (durante o ano letivo).

Publicado também on-line: <<http://www.ihu.unisinos.br/cadernos-ihu-ideias>>.

Descrição baseada em: Ano 1, n. 1 (2003); última edição consultada: Ano 11, n. 204 (2013).

ISSN 1679-0316

1. Sociologia. 2. Filosofia. 3. Política. I. Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Instituto Humanitas Unisinos.

CDU 316

1

32

Bibliotecária responsável: Carla Maria Goulart de Moraes – CRB 10/1252

ISSN 1679-0316 (impresso)

Solicita-se permuta/Exchange desired.

As posições expressas nos textos assinados são de responsabilidade exclusiva dos autores.

Toda a correspondência deve ser dirigida à Comissão Editorial dos Cadernos IHU ideias:

Programa Publicações, Instituto Humanitas Unisinos – IHU
Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos
Av. Unisinos, 950, 93022-750, São Leopoldo RS Brasil

O TRABALHO HUMANO NO MAGISTÉRIO DO PAPA FRANCISCO

André Langer

Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná e
mestre em Ciências Sociais Aplicadas pela Unisinos

Introdução

Após um tempo de relativo esquecimento na vida da Igreja, o tema do trabalho parece conhecer uma nova primavera com o Papa Francisco. São frequentes as referências ao assunto, quer em documentos, discursos e entrevistas, quer ainda em encontros dos mais diversos com os protagonistas diretamente vinculados a essa realidade. Francisco está atento ao que acontece no mundo e cultivou uma leitura da realidade que o faz vê-la sempre a partir da perspectiva dos mais pobres, dos excluídos. Na sua esteira, a Igreja dá sinais (ainda que tímidos) de que está reabrindo a importância deste tema na sua missão evangelizadora junto ao Povo de Deus trabalhador.

Atualmente, em nível mundial, o trabalho passa por uma situação crítica. A hegemonia do capital, na relação com o trabalho, inflige aos trabalhadores e suas organizações derrotas e retrocessos, após séculos de conquistas, difíceis de reverter. O desemprego, a informalidade e a precariedade são chagas que violam diariamente a dignidade dos trabalhadores. O trabalho pago por tarefa (como no caso da “uberização”) cria novas incertezas e submete os seus executores a intermináveis jornadas de trabalho sem a necessária garantia de levar para casa o sustento seu

e/ou da família. Atualmente, a ordem do dia é: “todos precários”. Essas condições de insegurança objetiva entranham uma insegurança subjetiva, com graves repercussões sobre a saúde, a vida psíquica e familiar das pessoas.

O alerta de Francisco atinente especialmente à questão da democracia vale igualmente, ou mais ainda, para a realidade do mundo do trabalho: “Mas a história dá sinais de regressão” (FT 11). Os sinais de retrocesso – desregulamentação e precarização das condições de trabalho – que se vê em todo o mundo são preocupantes. Mas não estamos diante de uma fatalidade. É verdade que alguns imperativos categóricos da economia se metamorfoseiam em leis da natureza. Contudo, não precisa ser assim, pois estamos diante de opções sociais que trocaram de sinal: passaram a excluir, precarizar e empobrecer a maioria das populações, com graves consequências para o viver juntos. Cria-se um ambiente extremamente tóxico que se retroalimenta pessoal, familiar e socialmente.

O presente artigo tem por objetivo apresentar uma análise sobre a temática do trabalho no magistério do Papa Francisco. Perseguimos três canteiros de obras que podem contribuir para a renovação das reflexões em torno do tema: a dignidade do trabalho; a relação trabalho e ecologia; e, por fim, a renda básica universal, na linha da revitalização da justiça distributiva. Não são canteiros separados. Ao invés, devem ser compreendidos como elos interligados que além das partes específicas têm áreas comuns e que se retroalimentam permanentemente.

Assim, o artigo está estruturado, além desta introdução, em três partes. Na primeira parte é tratada a retomada da temática do trabalho no magistério do Papa Francisco, com ênfase na dignidade do trabalho. Com ele, a realidade dos trabalhadores volta a encontrar um lugar na agenda da Igreja, ao mesmo tempo que dá um passo à frente na ampliação da noção de trabalho. Na segunda parte é analisada a vinculação entre trabalho e impactos ambientais, à luz das contribuições contidas na *Laudato Si'*. É a primeira vez que esta relação ganha tão clara explicitação no magistério da Igreja. Na terceira parte é abordada a proposta da renda básica universal, introduzida pela primeira vez no magistério social da Igreja, na perspectiva de incrementar a justiça distributiva. Em consequência, todo trabalho, não necessariamente o assalariado, deve vir acompanhado de direitos. Por último, são apresentadas algumas considerações finais.

Retomada da realidade do mundo do trabalho

O Papa Francisco vem procurando dar nova centralidade à realidade do mundo do trabalho. Está preocupado com o tratamento que os trabalhadores vêm recebendo mundo afora, atualmente sob o império do “paradigma tecnocrático” (LS). E quer também colocar novamente a realidade dos trabalhadores na vida e preocupação da Igreja. Assim agindo, insere-se e atualiza o longo magistério social da Igreja, que, em 2021, completa 130 anos da publicação da *Rerum Novarum*, de Leão XIII. E o faz no seu duplo horizonte profético: da denúncia e do anúncio.

Um dos pilares do capitalismo é a exploração do trabalho e, concomitantemente, o esgotamento dos recursos do planeta. “O desemprego, a informalidade e a falta de direitos trabalhistas não são inevitáveis, são o resultado de uma prévia opção social, de um sistema econômico que põe os benefícios acima do homem” (FRANCISCO, 2015b, p. 11). O capitalismo, pois, não é amigo dos trabalhadores.

Já na *Evangelii Gaudium*, documento de apresentação das suas ideias-chaves para o pontificado, Francisco denuncia as desigualdades sociais como um gravíssimo problema da atualidade. E busca as origens dessas desigualdades na economia, mais precisamente nessa “economia da exclusão e da desigualdade social”, essa mesma “economia que mata” (EG 53). A exploração do trabalho configura-se como uma das principais causas da desigualdade e da exclusão social. “Não existe pior pobreza material – faço questão de o frisar – do que aquela que não permite que se ganhe o pão e prive da dignidade do trabalho” (FRANCISCO, 2015b, p. 11). Há, pois, algo pior do que não ser “explorado”; é ser excluído, ser resíduo, ser “sobra”, “descartável” (EG 53). Esse descarte se exprime de variadas maneiras, “como na obsessão por reduzir os custos trabalhistas sem se dar conta das graves consequências que isso provoca, pois o desemprego daí resultante tem como efeito direto o alargamento das fronteiras da pobreza” (FT 20).

A partir dessa crítica, Francisco repropõe o lugar central do trabalho e de seus sujeitos na arquitetura social da nossa sociedade. “O trabalho é o centro de todo pacto social” (FRANCISCO, 2017b), reafirma, retomando o ensinamento de João Paulo II expresso na *Laborem Exercens*.¹ Por isso, o trabalho não é apenas um meio para garantir a sobrevivência biológica de quem o executa, ou de dar vazão a todos os desejos de consumo, mas é uma parte essencial da existência (FRANCISCO, 2017b). Com outras palavras, Francisco, homem do Concílio Vaticano II, atualiza um

1 João Paulo II acredita ser o trabalho “uma chave, provavelmente a chave essencial, de toda a questão social” (LE 3).

princípio central deste concílio: “O ser humano é o autor, o centro e fim de toda a vida econômico-social” (GS 63). E não pode ser transformado em puro meio de produção. Pelo contrário, toda a realidade econômica deve estar subordinada ao homem e em vista de promover e manter, podemos avançar com a *Laudato Si'*, a vida, quer seja humana ou não: “A finalidade fundamental desta produção não é o mero aumento dos produtos, nem o lucro ou a dominação, mas o serviço do homem e do homem completo” (GS 64).

O Ensino Social da Igreja sempre reconheceu a pessoa humana como um “ser que trabalha” (LE Intr.) e que se realiza pelo trabalho. Novamente na linha do Concílio Vaticano II, “o trabalho é ‘para o homem’ e não o homem ‘para o trabalho’”, pois “o homem é o sujeito do trabalho” (LE 6). Francisco dirá que “o trabalho é amigo do homem e o homem é amigo do trabalho” (FRANCISCO, 2017b), não podendo, pois, se transformar o trabalho em inimigo do homem.

Por sua centralidade, o trabalho também assume um lugar teológico na vida das pessoas, ou seja, ele tem uma dimensão transcendental pela qual participamos do mistério de Deus. O trabalho é um fio – às vezes mais visível, outras vezes subterrâneo – que perpassa toda a história do Povo de Deus, narrada nas Sagradas Escrituras, marcado por sua ambivalência (fonte de realização e de escravidão...).

“A Doutrina Social da Igreja sempre considerou o trabalho humano como uma participação na criação que continua a cada dia, também graças às mãos, à mente e ao coração dos trabalhadores. Na terra há poucas alegrias maiores do que aquela que experimentamos trabalhando, da mesma forma que há poucas dores maiores do que as dores do trabalho, quando explora, esmaga, humilha e mata” (FRANCISCO, 2017b).

Pelo trabalho continuamos a obra criadora de Deus. O ser humano é cocriador e colaborador de Deus na criação. Se considerarmos que a pessoa se constitui na sua dignidade, isto é, no seu direito inalienável de imitar o seu criador, e se considerarmos – como o exprimiu João Paulo II na *Laborem Exercens* – que a atividade divina é a obra de criar, então o direito irrenunciável de cada ser humano consiste em trabalhar criativamente imitando seu Criador. Deus cria o mundo e a humanidade é chamada a recriá-lo.

No horizonte desta teologia do trabalho, o Papa Francisco preconiza que o trabalhador pobre, mesmo deixando de estar empregado, não perde a sua condição de trabalhador, porque se o fizesse perderia sua dignidade humana.

Atento à realidade do mundo do trabalho, especialmente à situação de alta informalidade que se vive historicamente no Sul do mundo, mas de modo particular na América Latina, Francisco, novamente na esteira da tradição da Igreja, amplia a noção de trabalho que critica como sendo frequentemente “muito restrita”. Diz ele: “Devemos superar a ideia de que o trabalho de quem cuida de um familiar, ou o de uma mãe em tempo integral, ou o de um voluntário num projeto social que assiste centenas de crianças não é trabalho porque não há salário” (FRANCISCO, 2020a, p. 143).

Francisco assume, aqui, a distinção, já mais assente entre nós, entre emprego e trabalho. No contexto do capitalismo industrial, que forjou uma sociedade salarial, passamos, em grande parte sem nos darmos conta disso, a identificar o trabalho com uma de suas formas históricas específicas, o emprego. E trabalho virou sinônimo de emprego, como se se tratasse de duas grandezas idênticas (GORZ, 2003). No século industrial, os operários, através da organização sindical, reivindicaram o trabalho (emprego) como fonte de direitos, contra a perspectiva dominante da época que pretendia mantê-lo na sua condição de mercadoria. Dessa luta nasceu uma série de direitos, transformados em legislações protetoras dos trabalhadores, referência importante até hoje.

No entanto, valorizar dessa maneira o trabalho/emprego, abandonou na invisibilidade uma miríade de outras formas de trabalho e seus sujeitos (mulheres, trabalhadores na informalidade, em associações, na economia solidária...), que, historicamente, ficaram à mercê de direitos e cuja atividade também era desvalorizada.

No início deste século XXI, agora sob o domínio do “paradigma tecnocrático” (LS), a realidade do mundo do trabalho mudou substancialmente, e Francisco está a par destas mudanças. Fala de um paradigma tecnocrático que dá sustentação à “cultura do descarte” (LS 20, 43), e leva a uma crise ecológica em que as primeiras vítimas são os pobres, que passam de explorados a trabalhadores descartados e vivem nas áreas mais vulneráveis (LS 45, 158).

Mas, como diz Francisco no discurso proferido no primeiro encontro com os movimentos populares,

“os pobres não só suportam a injustiça, mas também lutam contra ela. Não se contentam com promessas ilusórias, desculpas ou álibis. Sequer estão à espera, de braços cruzados, pela ajuda de ONGs, planos assistenciais ou soluções que nunca chegam ou que, se chegam, fazem-no de maneira a ir na direção de anestesiá-los ou domesticá-los. (...) Vós sentis que os pobres não esperam mais e querem ser protagonistas; organizam-se, estudam, trabalham, exigem e, sobre-

tudo, praticam aquela solidariedade tão especial que existe entre os que sofrem, entre os pobres” (FRANCISCO, 2015b, p. 5-6).

E prossegue:

“Não obstante essa cultura do descarte, essa cultura dos sobrantes, muitos de vós, trabalhadores excluídos, sobrantes para este sistema, inventastes o vosso próprio trabalho com tudo o que parecia não poder ser mais usado, mas vós, com a vossa habilidade artesanal, que Deus vos deu, com a vossa busca, com a vossa solidariedade, com o vosso trabalho comunitário, com a vossa economia popular, conseguistes e estais a conseguir. E, deixa que vos diga, isto, além de ser trabalho, é poesia” (FRANCISCO, 2015b, p. 13).

E se as formas de trabalho se ampliaram, os direitos devem acompanhar o movimento de reconhecimento: “Já agora, cada trabalhador, quer faça parte quer não do sistema formal do trabalho assalariado, tem direito a uma remuneração digna, à segurança social e a uma cobertura para a aposentadoria” (FRANCISCO, 2015b, p. 13). Até porque hoje a produção social da riqueza se dá em base a uma redução significativa dos empregos e a uma drástica ampliação dos trabalhos precarizados, gerando, assim, uma concentração de riquezas sem precedentes na história da humanidade.

As transformações que afetaram o mundo do trabalho nos pelos últimos 40 anos não deixaram incólume a organização sindical. A ação sindical nasceu nos primórdios da industrialização e se robusteceu com o sistema toyotista/fordista de produção. Organizados por ramos profissionais bem estruturados, os sindicatos souberam tirar proveito das grandes concentrações de trabalhadores labutando em empresas verticalmente estruturadas. No entanto, começaram a sofrer reverses a partir da introdução de métodos e modelos de organização da produção e do trabalho implantados com o toyotismo. Essa crise está se aprofundando, atualmente, com o uberismo. Os sindicatos, que outrora penderam ora mais para o movimento, ora mais para a burocratização, encontram-se engessados, inertes e defasados. Na linguagem de Francisco, abandonaram “sua vocação mais verdadeira” e seu “perfil profético”. “A vossa vocação é também proteger quem ainda não tem direitos, os excluídos do trabalho”. E se a sociedade não compreende bem seu sentido talvez seja porque não os vê “lutar o suficiente nos lugares dos ‘direitos do ainda não’; nas periferias existenciais, no meio dos descartados do trabalho”. O mesmo apelo que o papa faz à Igreja faz também aos sindicatos: “habitar as periferias” (FRANCISCO, 2017a).

Por fim, por que toda essa realidade deve interessar à Igreja? Francisco responde: porque “o mundo do trabalho é o mundo do povo de

Deus: somos todos Igreja, todos povo de Deus” (FRANCISCO, 2017b). Os locais de trabalho são também lugares do povo de Deus, uma vez que muitos dos encontros entre Deus e os homens ocorreram enquanto as pessoas estavam trabalhando (FRANCISCO, 2017b). Porque, em última instância, o mundo do trabalho também é um vasto e imprescindível campo de evangelização.

Paradigma tecnocrático, trabalho e ecologia integral

O lado nefasto da relação das atividades humanas, mediadas pela tecnologia e o trabalho, com o entorno criado já foi detectado claramente por Paulo VI, para quem a crise ecológica é uma “consequência dramática” da atividade descontrolada do ser humano: “Por motivo de uma exploração inconsiderada da natureza, [o ser humano] começa a correr o risco de destruí-la e de vir a ser, também ele, vítima dessa degradação” (OA 21). No discurso que dirigira à FAO no ano anterior, em 1970, o papa falou da possibilidade de “uma catástrofe ecológica sob o efeito da explosão da civilização industrial” (LS 4).²

A intervenção do homem sobre a natureza é uma realidade que acompanha a sua longa história, mas “durante muito tempo teve a característica de acompanhar, secundar as possibilidades oferecidas pelas próprias coisas”. Mas agora, sob o paradigma tecnocrático, “o que interessa é extrair o máximo possível das coisas por imposição da mão humana, que tende a ignorar ou esquecer a realidade própria do que tem à sua frente. Por isso, o ser humano e as coisas deixaram de se dar amigavelmente a mão, tornando-se contendentes” (LS 106; Cf. EG 215).

Aqui, o Papa Francisco lança mão de um princípio básico adotado pela ciência econômica: o princípio do benefício mútuo. Na sua análise, este princípio tem sido aplicado exclusivamente às relações inter-humanas, mas não à terra ou a outros recursos não antrópicos, “com os quais a relação não foi concebida como recíproca, mas predatória” (SMERILLI, 2018, p. 19). As trocas mercantis são feitas sempre em base a uma vantagem mútua, isto é, em condições em que cada parte tem algo a ganhar. Este princípio tem sido amplamente aplicado na relação capital-trabalho

2 O relatório Meadows, intitulado *Os limites do crescimento*, o primeiro grito a alertar para a insustentabilidade e a insanidade de um crescimento econômico infinito em um Planeta com recursos finitos, surgiu apenas em 1972, encomendado pelo Clube de Roma. O IPCC (Painel Intergovernamental para a Mudança Climática), que estuda a emergência climática, chegará a semelhante conclusão apenas em 2007. No seu relatório, este órgão vinculado à ONU e que congrega cientistas de diversas áreas de todo o mundo, fará duas afirmações que provocaram acaloradas reações: a primeira, de que o aquecimento global é, para a ciência, uma realidade “inequívoca”; e a segunda, de que se deve à interferência humana.

nos últimos 150 anos e que levou à sua regulamentação e ao conjunto de direitos dos trabalhadores. No entanto, deste mesmo princípio foi excluída a terra, que, portanto, não tem nada a ganhar, podendo ser explorada.

Segundo Francisco, estamos hoje submetidos não mais simplesmente a uma relação patrão-operário, como descrito por Leão XIII na *Rerum Novarum*, mas ao “paradigma tecnocrático”, muito mais complexo e totalizante. Nossa vida é configurada cada vez mais a partir do “paradigma tecnocrático”, que é um “paradigma homogêneo e unidimensional” (LS 106), que tende a exercer o seu domínio não apenas sobre a natureza e a existência humana (LS 108), mas “também sobre a economia e a política” (LS 109). Em tal contexto, a vida passa a ser uma rendição às circunstâncias condicionadas pela técnica, “entendida como o recurso principal para interpretar a existência” (LS 110). O paradigma tecnocrático tem um viés totalitário e tende a se universalizar e tudo dominar. Em tal horizonte, a técnica moderna é uma categoria central para a compreensão do mundo, tornando-se, pois, indispensável.

Na análise dessa realidade, Francisco, na esteira dos últimos papas, identifica um problema antropológico. E a reversão do paradigma tecnocrático passa por uma “antropologia adequada” (LS 118), por uma concepção de ser humano mais relacional e menos dominador (LS 2). À visão unidimensional do paradigma tecnocrático, Francisco contrapõe uma ecologia integral: “Dado que tudo está intimamente relacionado e que os problemas atuais requerem um olhar que leve em conta todos os aspectos da crise mundial, proponho (...) uma ecologia integral, que inclua claramente as dimensões humanas e sociais” (LS 137).

Se todas as realidades criadas estão interligadas e, portanto, não existem isoladas, é preciso superar o paradigma epistemológico e antropológico moderno e aprender a relacionar: “toda análise dos problemas ambientais é inseparável da análise dos contextos humanos, familiares, trabalhistas, urbanos e da relação de cada pessoa consigo mesma que cria um determinado modo de relação com os outros e com o ambiente” (LS 141).

Isso, particularmente, diz respeito ao trabalho. Não se pode mais ver a atividade humana como desligada ou separada do ambiente natural, mas estreitamente relacionada com ele. O problema ambiental deve ser visto, pois, também como um problema de um modo específico de relação com as coisas criadas. A visão predatória de trabalho deve dar lugar a um modo mais amigável também na relação com a natureza. Francisco, na *Laudato Si'*, com exclusividade em seus documentos, dá uma atenção mais detalhada à questão do trabalho, o que por si só é significativo. A ecologia integral deve incluir indispensavelmente “o valor do trabalho” (LS

124). Ele está convencido de que “a intervenção humana que favorece o desenvolvimento prudente da criação é a forma mais adequada de cuidar dela” (LS 124).

A pergunta pelas relações mais adequadas do ser humano com o mundo criado leva-nos a indagar a “concepção correta do trabalho” que, por sua vez, leva-nos a indagar “o sentido e a finalidade da ação humana sobre a realidade” (LS 125). “Qualquer forma de trabalho pressupõe uma concepção sobre a relação que o ser humano pode ou deve estabelecer com o outro diverso de si mesmo” (LS 125). O trabalho, além de realizar quem o executa, “consentir-lhe uma vida digna” (LS 128) e estreitar a solidariedade com os outros, deve ter em consideração o benefício mútuo com a terra.

Para ilustrar essa concepção correta de trabalho, Francisco recorre à espiritualidade cristã e extrai, da história do cristianismo, exemplos dessa vivência: São Francisco de Assis, o beato Carlos de Foucauld e a tradição monástica, que une trabalho manual e oração. “Essa maneira de viver o trabalho torna-nos capazes de ter cuidado e respeito pelo meio ambiente, impregnando de sadia sobriedade a nossa relação com o mundo” (LS 126).

O trabalho, segundo Francisco, deveria ser o âmbito de um multifforme desenvolvimento pessoal, em que “estão em jogo muitas dimensões da vida: a criatividade, a projeção do futuro, o desenvolvimento das capacidades, a exercitação dos valores, a comunicação com os outros, uma atitude de adoração” (LS 127). Entretanto, as condições efetivas de trabalho nem sempre possibilitaram este desenvolvimento integral da pessoa do trabalhador e criam-se, assim, “as condições para se desfigurar o sentido do trabalho” (LS 127), situação em que “a ação do homem se pode voltar contra si mesmo” (LS 128) e contra o mundo criado.

No encontro com o mundo do trabalho em Gênova (2017b), Francisco avança algumas dessas realidades nefastas aos sujeitos do trabalho: empregos de péssima qualidade (tráfico ilegal de armas, pornografia, jogos de azar...); trabalho escravo e infantil; sobretrabalho; desemprego; trabalho em empresas que não respeitam os direitos trabalhistas ou da natureza. São situações, entre tantas, que atentam contra a dignidade dos trabalhadores.

Neste mesmo encontro, o papa aborda outra situação com potencial de desfigurar o sentido do trabalho e com sérios impactos ambientais: o consumismo. O pontífice parte da constatação de que o consumo “é um ídolo do nosso tempo. O consumo é o centro da nossa sociedade, e, portanto, o prazer que o consumo promete”. E vincula o consumo ao trabalho: “É também esta a raiz da crise do trabalho em nossa sociedade: o

trabalho é esforço, suor. (...) Todas as idolatrias são experiências de puro consumo: os ídolos não trabalham”. E de forma enfática avança: “Sem reencontrar uma cultura que valorize o esforço e o suor, nós não encontraremos uma nova relação com o trabalho e vamos continuar a sonhar o consumo de puro prazer” (FRANCISCO, 2017b).

Tamanha ênfase na ética do trabalho pode ser questionável em um mundo em que mais de 200 milhões de pessoas, segundo a Organização Internacional do Trabalho, gostariam (e necessitariam) de trabalhar, mas não encontram quem as empregue e lhes queira pagar um salário. Mas permite explicitar outro vínculo entre trabalho e consumismo. Não são raros os casos de trabalhadores cuja motivação maior consiste em trabalhar, muitas vezes alongando ao máximo possível as jornadas de trabalho, para satisfazer os desejos desenfreados de consumo, até porque, em sociedades exacerbadamente individualistas, oferece algum consolo para levar adiante uma vida alienada (Cf. CA 36). João Paulo II alertou para a estreita vinculação entre o consumismo e a questão ambiental: “o homem, tomado mais pelo desejo do ter e do prazer, do que pelo de ser e de crescer, consome de maneira excessiva e desordenada os recursos da terra e da sua própria vida” (CA 37).

Para reverter essa situação, Francisco insiste na necessidade de “profundas mudanças nos estilos de vida, nos modelos de produção e de consumo” (LS 5, 23, 26, 59). E, mais amplamente, na necessidade de uma tomada de consciência que permita “o desenvolvimento de novas convicções, novas atitudes e novos estilos de vida. Surge, assim, um grande desafio cultural, espiritual e educativo” (LS 202). Em suma, a ecologia integral envolve dois aspectos intimamente ligados: a dignidade do trabalhador e o cuidado com o meio ambiente.

Cresce, assim, mundo afora a consciência de que a redução de jornadas de trabalho pode impactar positivamente a redução das emissões dos gases de efeito estufa. Diversos estudos indicam que a eliminação de um dia de trabalho por semana pode levar a uma sensível redução das emissões globais de gases de efeito estufa, contribuindo para a mitigação das mudanças climáticas. Essa redução das emissões seria consequência da diminuição do consumo de energia e de matérias-primas empregadas não apenas na produção direta de bens e serviços, mas também na alimentação fora de casa e nos deslocamentos diários entre as residências e os locais de trabalho de um vasto contingente de trabalhadores. Na condição, evidentemente, de que alguns fatores sejam respeitados, tais como: a não compensação dessas horas perdidas de trabalho pela contratação de novos trabalhadores; aumentos de produtividade (MUÇOUÇA, 2020).

Assim, o trabalho precisa ser compreendido não como domínio, mas essencialmente como cuidado.

“O trabalho que não cuida, que destrói a Criação, que põe em perigo a sobrevivência das gerações futuras e não respeita a dignidade dos trabalhadores não pode ser considerado digno. Ao contrário, o trabalho que se preocupa, contribui para a restauração da plena dignidade humana, ajudará a garantir um futuro sustentável para as gerações futuras” (FRANCISCO, 2021).

A verdade é que não há mundo possível para dar conta do projeto da modernidade. Impõe-se, pois, imaginar e valorizar novas e mais diversificadas formas de produzir e trabalhar. Um desenvolvimento centrado no crescimento econômico está fadado ao fracasso. Trata-se de “abandonar a produção como o único princípio de relação com o mundo” (LATOURET, 2020, p. 131). É hora de se perguntar: que atividades econômicas devem ser banidas por serem insustentáveis? Que outras atividades, mais amigáveis com a terra e os humanos, devem ser criadas e fortalecidas (LS 129, 191)? Ou seja, as alternativas precisam colocar no centro das preocupações duas variáveis geralmente mantidas à margem: a terra e o trabalho.

Finalmente, a problemática ecológica requer uma recuperação do significado ecológico do descanso sabático. Francisco dá sua contribuição quando diz que é preciso “incluir uma dimensão receptiva e gratuita, o que é diferente da simples inatividade” (LS 237), para preservar a ação humana tanto do puro ativismo vazio, como da ganância desenfreada do benefício próprio. E recorda que a lei do repouso semanal impunha abster-se do trabalho no sétimo dia,

‘para que descansem o teu boi e o teu jumento e tomem fôlego o filho da tua serva e o estrangeiro residente’ (Ex 23, 12). O repouso é uma ampliação do olhar, que permite voltar a reconhecer os direitos dos outros. Assim, o dia de descanso, cujo centro é a Eucaristia, difunde sua luz sobre a semana inteira e encoraja-nos a assumir o cuidado da natureza e dos pobres (LS 237).

De fato, as “teologias centralistas” sempre colocaram o acento nos seis dias de trabalho e menos no sétimo, dia de descanso. Isso porque fazem uma correlação entre o poder de Deus sobre o mundo e o domínio dos homens sobre a terra. “Assim como Deus, o criador, é o senhor e proprietário do mundo, assim, e de uma forma correspondente, o ser humano tinha que se esforçar para ser senhor e proprietário da terra” (MOLTMANN, 1993, p. 18). Em um contexto de crise ecológica de toda a civilização técnico-científica e de esgotamento dos recursos naturais através da intervenção humana, esta visão predatória não se sustenta.

Há, pois, um convite para transferir a ênfase para o sétimo dia, dia da culminância da criação. O trabalho não tem um sentido em si mesmo, mas projeta-se para dentro do “sábado”, termo que está ligado ao verbo hebraico “shabat”, que significa repousar, cessar de trabalhar. E ele tem uma longa tradição que vai dos israelitas e chega até Jesus, que não abole o sábado em prol de boas obras e bons dias de trabalho. Com Jesus, o anúncio da proximidade do Reino, toda a vida se transforma numa festa de sábado. A ressurreição de Jesus, para os cristãos, o “domingo”, “dia do Senhor”, não somente antecipa o descanso sabático do final dos tempos como também o início da “nova criação” (MALLMANN, 1998).

Conforme Moltmann (1993, p. 23), para as tradições bíblicas, a criação está orientada, desde o início, para a sua salvação, pois a criação do mundo está voltada para o sábado, a “festa da criação”. “No sábado, a criação chega a sua plenitude. O sábado é a prefiguração do mundo futuro. (...) É, pois, o sábado que abençoa, santifica e revela o mundo como criação de Deus”. Mais, “a criação é a obra de Deus, o sábado, porém, é a existência presente de Deus”. De acordo com o relato bíblico, Deus santificou o sábado, porque nele descansou de todas as suas obras (Gn 2, 3). Esta é a primeira vez que aparece nas tradições bíblicas a palavra “santificar”, que significa dizer: “escolher, limitar para si, declarar como sendo sua propriedade intocável” (MOLTMANN, 1993, p. 399; 403).

A partir desta visão assentada no relato do Gênesis, recupera-se para o repouso dominical do cristão um significado ecológico, “porque se trata de parar a atividade para deixar também a natureza em repouso, reconhecendo que ela é criação de Deus e não está simplesmente ao nosso dispor como um estoque de recursos para apropriação e domínio” (JUNGES, 2015, p. 110). E questiona, ao mesmo tempo, uma antropologia demasiado centrada no produtivismo.

Renda básica universal e justiça distributiva

Francisco é o primeiro papa a abordar explicitamente a questão da renda básica universal. E percebe-se nitidamente uma evolução no seu pensamento. No encontro com o mundo do trabalho que teve em Gênova, em 2017, é crítico em relação à concessão de uma renda básica, indicando não ser este um verdadeiro caminho para encontrar uma solução para o desemprego. “Deve ficar claro que o verdadeiro objetivo a ser alcançado não é uma ‘renda para todos’, mas um ‘trabalho para todos’! Porque sem emprego, sem trabalho para todos, não haverá dignidade para todos”. Um pouco mais adiante no mesmo discurso enfatiza: “Um subsídio estatal, mensal, que te permite manter uma família, não resolve o proble-

ma. O problema deve ser resolvido com trabalho para todos” (FRANCISCO, 2017b). Para ele, neste momento, a relação a ser estabelecida e assegurada é entre trabalho e dignidade, o que, aliás, é quase um mantra franciscano; e um pouco simplificador dos inumeráveis problemas, e de toda ordem, que os trabalhadores encontram no próprio trabalho/emprego! Portanto, Francisco descarta a possibilidade de uma renda básica universal.

Três anos depois, em abril de 2020, no contexto da pandemia, em carta dirigida aos movimentos populares, Francisco começa a rever sua posição.

Vocês, trabalhadores informais, autônomos ou da economia popular, não têm um salário estável para resistir a esse momento, e as quarentenas são insuportáveis para vocês. Talvez seja a hora de pensar em um salário universal que reconheça e dignifique as tarefas nobres e insubstituíveis que vocês realizam; que seja capaz de garantir e tornar realidade este slogan tão humano e cristão: nenhum trabalhador sem direitos (FRANCISCO, 2020b, p. 35).

Segundo o economista francês Gaël Giraud, quando Francisco fala aqui em “salário universal”, este não deve ser entendido como um salário reservado a quem tem um emprego, portanto, no sentido estrito do termo, mas antes no sentido de uma renda universal destinada incondicionalmente a todos (GIRAUD, 2020). Essa dubiedade, aliás, se desfaz na próxima referência do Papa Francisco à questão, quando fala explicitamente de “renda básica universal”. Pensando em alternativas para o mundo pós-pandemia, Francisco diz: “Por isso, acredito que seja hora de explorar conceitos como o de renda básica universal” (FRANCISCO, 2020a, p. 143).

No livro-entrevista “Vamos Sonhar Juntos” (FRANCISCO, 2020a) (em uma única página – 143), Francisco traz uma reflexão extremamente lúcida sobre as razões que o levam a defender uma renda básica universal. Por isso, vamos nos deter brevemente nestas razões.

1) Possibilidade de rejeitar trabalhos precários: “A renda básica universal poderia redefinir as relações no mercado laboral, garantindo às pessoas a dignidade de rejeitar condições de trabalho que as aprisionam na pobreza”. Em não poucos casos os trabalhadores suportam as condições indignas de trabalho simplesmente porque precisam dele pela remuneração que auferem. Em tantos outros, precisam aceitar um trabalho que remunera mal porque são movidos a isso pelo aguilhão da fome. Na visão de Francisco, uma renda básica universal poderia tornar essas pessoas

mais criteriosas na escolha dos trabalhos e, assim, recuperar sua dignidade.

2) Segurança: “Daria aos indivíduos a segurança básica de que precisam, eliminando o estigma do seguro-desemprego, e facilitaria a mudança de um trabalho para outro, como cada vez mais os imperativos tecnológicos no mundo trabalhista exigem”. De modo geral, o desemprego é vivido pelos pobres como um tempo de muita insegurança em relação ao futuro e, por isso mesmo, marcado pela angústia, porque não conseguem minimamente se planejar. Além disso, os pobres são aqueles que mais sofrem com a alta rotatividade no trabalho, podendo, com uma renda universal, escolher mais facilmente mudar para um trabalho melhor.

3) Exercício de atividades sem fins lucrativos: “Políticas como essa também podem ajudar as pessoas a combinar tempo dedicado a trabalho remunerado com tempo para a comunidade”. Francisco está convencido de que com uma renda universal, as pessoas, tendo garantida minimamente sua sobrevivência, estão abertas a realizar uma série de atividades sem fins econômicos, mas sociais, podendo o trabalho ser criador de relações sociais (GORZ, 2004).

Por que Francisco se “converte” neste ponto em particular? As razões devem ser buscadas na sua análise mais ampla do “paradigma tecnocrático”, assumido pelo capitalismo. A perspectiva de Francisco é olhar para a realidade sempre a partir do lugar dos últimos. Ali descobre a existência de “um verdadeiro exército” de “descartáveis” (crianças, jovens e idosos), de “excluídos”, de “sobrantes”, enfim, de todos aqueles que são tornados invisíveis pelo sistema: “Eu sei que muitas vezes vocês não são reconhecidos adequadamente porque, para esse sistema, são verdadeiramente invisíveis” (FRANCISCO, 2020b, p. 33).

Numa sociedade que produz e acumula tanta riqueza como nunca antes se viu na história da humanidade, não há argumento moral, econômico ou social, que justifique a existência dos descartáveis. E o desafio torna-se político: as sociedades precisam proceder à reforma das estruturas econômicas e sociais que produzem e mantêm a invisibilidade daqueles que vivem nas periferias sociais. É neste horizonte que se insere a proposta de uma renda universal.

Esse “exército de invisíveis”, apesar dessa “cultura do descarte” e dessa “cultura dos sobrantes”, está em movimento, se mobiliza e busca alternativas. “Muitos de vós, trabalhadores excluídos, em excesso para este sistema, inventastes o vosso próprio trabalho” (FRANCISCO, 2015b,

p. 13). Como os rendimentos nesses setores informais e precários beiram o nível da subsistência, uma renda universal estaria em condições de proporcionar uma dignidade para esses trabalhadores. Foi pensando nessas atividades e nesses atores que Francisco escreveu: “Talvez seja hora de pensar em um salário universal que reconheça e dignifique as tarefas nobres e insubstituíveis que vocês realizam”.

Francisco ainda considera outro elemento sumamente pertinente relacionado ao trabalho. Trata-se da retomada da bandeira da redução do tempo de trabalho: “É possível que seja também hora de considerar uma redução do horário de trabalho (...), o que paradoxalmente pode aumentar a produtividade. Trabalhar menos, para que mais gente tenha acesso ao mercado de trabalho” (FRANCISCO, 2020a, p. 134). Esta é uma bandeira de luta histórica do movimento sindical, mas completamente abandonada nos últimos anos à medida que foram sendo implementadas mudanças que flexibilizam as relações de trabalho, entre elas a jornada de trabalho, como no caso da plataformização do trabalho, mais conhecida como “uberização” do trabalho. Francisco retoma a perspectiva social e de solidariedade desta proposta: dividir o trabalho para permitir que mais pessoas trabalhem, embora menos. Mas isso só será possível com uma redução efetiva do tempo de trabalho e não simplesmente com uma redução da jornada de trabalho. E também com uma vinculação com a questão do consumo (LANGER, 2004).

Feito este percurso, o que devemos entender por renda básica universal? Existem cinco critérios normalmente usados para definir a renda universal, a saber: 1) um pagamento periódico, isto é, continuado. Diferente, por exemplo, do auxílio emergencial e mais próximo do Programa Bolsa Família; 2) uma transferência feita em moeda (paga em dinheiro); 3) uma contribuição personalizada (feita individualmente a cada pessoa); 4) universal, isto é, garantida a todos, pobres e ricos; 5) incondicional, isto é, sem nenhuma exigência de contrapartida (VANDERBORGHT; VAN PARIJS, 2006).

Deve ficar bem claro que a renda universal deve ser compreendida como uma renda complementar e, portanto, não alternativa às transferências sociais já ativas, como, por exemplo, o seguro-desemprego, o benefício de prestação continuada, a aposentadoria...

Uma pergunta poderá surgir na cabeça de muita gente: ao propor a implantação de uma renda básica universal, com os critérios acima elencados, está Francisco rompendo com o Ensino Social até agora desenvolvido pela Igreja?

Nenhum papa anterior a Francisco abordou diretamente a questão de uma renda básica universal. Eles, por outro lado, condenaram clara-

mente a ociosidade, na linha de Paulo, quando diz que “quem não trabalha, não coma” (2Ts 3,10), assertiva já presente na maldição de Gn 3, 19 (“Com o suor de teu rosto comerás teu pão”). “O trabalho se perfila como obrigação moral em relação ao próximo, que é em primeiro lugar a própria família, mas também à sociedade, à qual se pertence, à nação, da qual se é filho ou filha; a toda a família humana, da qual se é membro”, sustenta ainda hoje o ensino social da Igreja (Compêndio da Doutrina Social da Igreja, n. 274).

O fato é que o desemprego é uma realidade para uma parcela significativa de trabalhadores no mundo. Em muitas outras situações, os trabalhos disponíveis são insuficientes para sustentar a si mesmo e as famílias. Portanto, não basta só querer trabalhar.

Por isso, o Ensino Social da Igreja, ciente disso, deixa claro que a obrigação de trabalhar e de produzir também deve ser combinada com “o grau de equidade na distribuição das rendas”. Com outras palavras, uma distribuição equitativa da renda deve ser buscada com base em critérios não só de “justiça comutativa”, mas também de “justiça social”. Ou seja, considerando, “além do valor objetivo das prestações de trabalho, a dignidade humana dos sujeitos que as realizam” (CDSI, n. 303). É esse equilíbrio entre dignidade humana, uma renda decente e trabalho para todos que Francisco está perseguindo.

A novidade está em que Francisco argumenta, pela primeira vez, a favor da não correlação entre trabalho e salário. O que não deixa de ser surpreendente e desafiador. Quando a dignidade das pessoas está em jogo e ela não puder ser salvaguardada pela relação empregatícia, então é justo que se recorra a outros meios para garantir este princípio do Ensino Social da Igreja.

Considerações finais

Homem prático e preocupado com as questões existenciais especialmente das pessoas mais pobres, que leva bem junto do seu coração, Francisco coloca novamente a realidade do mundo do trabalho sob os holofotes. Mas não o faz mais como em tempos, mesmo recentes, passados. Por um lado, acompanha as mudanças que ocorreram no capitalismo, capitaneado pelas forças da exclusão, da morte e da destruição da vida. Detecta que “o paradigma tecnocrático” vigente produz, num mesmo movimento, grande concentração de riqueza e enorme disseminação de pobreza. Por outro lado, Francisco toma consciência dos nefastos impactos deste sistema sobre o ambiente. O mesmo sistema que se volta contra a dignidade da maioria dos seres humanos, volta-se também, pela

ação humana, contra os ecossistemas, degradando as condições de existência de todos os seres vivos. As reflexões de Francisco sobre o trabalho, como vimos, abarcam estas duas dimensões, unindo-as, religando-as.

Em relação ao primeiro aspecto, Francisco age colocando no centro os sujeitos do trabalho. Faz a defesa intransigente de sua dignidade, com uma particular atenção nos desempregados, nos jovens e idosos e naqueles que se organizam coletivamente. São os “sobrantes”, os “descartáveis”, mas em relação aos quais a sociedade tem uma responsabilidade. Ela não pode esquecê-los e abandoná-los, pelo simples fato de terem nascido em seu seio. Aos critérios estritamente econômicos, meritocráticos e empreendedoristas, assentados no ideário neoliberal, Francisco contrapõe os valores da solidariedade, da dignidade e da justiça social. A uma antropologia individualista, propõe uma antropologia relacional, da fraternidade.

Na busca de soluções para os grandes desafios do mundo do trabalho, Francisco desafia a ir além da justiça comutativa. Recorrendo ao depósito do Ensino Social da Igreja, recorda que em determinadas situações deve-se ter a ousadia de propor remédios que recorram à justiça distributiva. A sociedade precisa tomar para si o cuidado dos indivíduos mais desprotegidos quando estes perderam ou não conseguem ter o acesso aos meios através dos quais poderiam providenciar por conta própria o seu sustento. É neste contexto que Francisco levanta de maneira inédita a bandeira da renda básica universal, que, como vimos, encontra total apoio no magistério social da Igreja.

Em relação ao segundo aspecto, Francisco propõe a urgente necessidade de ligar a ação humana aos impactos sobre a terra. Os humanos, não podemos mais continuar a agir como se o planeta fosse um depósito ilimitado de recursos para satisfazer todos os nossos desejos de consumo. A mesma visão antropológica que maltrata os humanos, destrata a natureza. Não podemos mais continuar a ser senhores e dominadores da natureza. O cultivo de uma relação mais amigável com a terra torna-se necessário e urgente. O trabalho deve, pois, recuperar sua dimensão de cultivo, de cuidado criativo. E recuperar seu sentido propriamente humano. E vir acompanhado de uma perspectiva desalienada de consumo. Do contrário, a roda da espiral viciosa de mais trabalho mais consumo continuará a girar indefinidamente. Esta visão renovada de trabalho encontrará argumentos teológicos na visão judaica do “shabat” e na visão cristã do domingo. Mas requer uma releitura do primeiro capítulo do Gênesis, transferindo o acento posto nos seis primeiros dias, o que alimentava uma leitura produtivista, para o sétimo dia, da culminância da criação.

Com o seu magistério, Francisco alimenta e enriquece criativamente a reflexão sobre o trabalho, instigando a comunidade eclesial a acolhê-lo como um campo fértil de evangelização.

REFERÊNCIAS

FRANCISCO. (2013). *Evangelii Gaudium. A alegria do Evangelho sobre o anúncio do Evangelho no mundo atual*. São Paulo: Paulus: Loyola.

_____. (2015a). *Laudato Si'. Louvado sejas: sobre o cuidado da casa comum*. São Paulo: Paulus: Loyola.

_____. (2015b). *Discurso do Papa Francisco aos participantes do [primeiro] encontro mundial dos movimentos populares*. Brasília: Edições CNBB.

_____. (2017a). *Discurso do Papa Francisco aos Delegados da Confederação Italiana Sindical dos trabalhadores (CISL)*. Disponível em: <https://www.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2017/june/documents/papa-francesco_20170628_delegati-cisl.html> Acesso: 06-06-2021.

_____. (2017b). *Encontro com o mundo do trabalho. Discurso do Santo Padre*. Disponível em: <https://www.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2017/may/documents/papa-francesco_20170527_lavoratori-genova.html> Acesso: 06-06-2021.

_____. (2020a). *Vamos Sonhar Juntos: o caminho para um futuro melhor*. Rio de Janeiro: Intrínseca.

_____. (2020b). *A um exército invisível*. In: _____. *Vida após a pandemia*. Brasília: Edições CNBB, p. 33-36.

_____. (2020c). *Fratelli Tutti. Sobre a fraternidade e a amizade social*. São Paulo: Paulinas.

_____. (2021). *O papa ao mundo do trabalho: muitos desempregados, reforma econômica urgente*. Disponível em: <<https://www.vaticannews.va/pt/papa/news/2021-06/papa-videomensagem-conferencia-internacional-trabalho-oit.html>> Acesso em: 18-06-2021.

GIRAUD, Gaël. (2020). *Uma “renda universal”*. A proposta do Papa Francisco. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/600083-uma-renda-universal-a-proposta-do-papa-francisco-artigo-de-gael-giraud>> Acesso: 15-06-2021.

GORZ, André. (2003). *Metamorfoses do trabalho: crítica da razão econômica*. São Paulo: Annablume.

_____. (2004). *Misérias do presente, riqueza do possível*. São Paulo: Annablume.

JOÃO PAULO II. (1981). *Laborem Exercens. Sobre o trabalho humano*. Petrópolis-RJ: Vozes.

_____. (1991). *Centesimus Annus*. 2. ed. São Paulo: Paulinas.

JUNGES, José Roque. (2015). *Ecologia integral e justiça ambiental no cuidado da “casa comum”*. IHU On-line, São Leopoldo-RS, n. 469, p. 104-110.

LANGER, André. (2004). *Pelo êxodo da sociedade salarial. A evolução do conceito de trabalho em André Gorz*. Cadernos IHU, São Leopoldo-RS, n. 5.

LATOURE, Bruno. (2020). *Onde aterrar? – Como se orientar politicamente no Antropoceno*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo.

MALLMANN, Loivo José. (1998). A criação, obra gratuita de Deus em vista do sábado. Releitura de Gênesis 1-3. Estudos Bíblicos, Petrópolis-RJ; São Leopoldo-RS, n. 60, p. 22-30.

MOLTMANN, Jürgen. (1993). Deus na criação. Doutrina Ecológica da Criação. Petrópolis-RJ: Vozes.

MUÇOUÇAH, Paulo Sergio. (2020). Impactos ambientais, econômicos e sociais da redução das jornadas de trabalho. Revista Ciências do Trabalho, n. 18. Disponível em: <file:///C:/Users/ANDR~1/AppData/Local/Temp/271-804-1-PB.pdf> Acesso: 13-07-2021.

PAULO VI. (2011). Carta Apostólica Octogesima Adveniens por ocasião do 80º aniversário da Encíclica Rerum Novarum. 3. ed. São Paulo: Paulinas.

PONTIFÍCIO CONSELHO JUSTIÇA E PAZ. (2013). Compêndio da Doutrina Social da Igreja. 7. ed.; 2. reimpr. São Paulo: Paulinas.

SMERILLI, Alessandra. (2018). Tendências econômicas do mundo contemporâneo. Cadernos IHU Ideias, São Leopoldo-RS, n. 275, vol. 18.

VANDERBORGHT, Yannick; VAN PARIJS, Philippe. (2006). Renda Básica de Cidadania: argumentos éticos e econômicos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

VATICANO II. (2007). Gaudium et Spes. In: _____. Mensagens, Discursos e Documentos. 2. ed. São Paulo: Paulinas.



André Langer. Possui graduação em Filosofia pela Faculdade Jesuíta e em Teologia pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná, mestrado em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos e doutorado em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná.

Trabalhou no CEPAT entre 2001 e 2013. Atualmente é professor na Faculdade Vicentina – FAVI (Curitiba-PR), parceiro do Instituto Humanitas Unisinos – IHU e tradutor.

Publicações

LANGER, André. Pelo êxodo da sociedade salarial. A evolução do conceito de trabalho em André Gorz. Cadernos IHU, São Leopoldo-RS, n. 5, 2004.

LANGER, André. O mito da qualificação como requisito para a superação do desemprego. A odisseia da exclusão dos jovens no Brasil. In: ARAÚJO, Sílvia Maria de; BRIDI, M. Apda.; FERRAZ, Marcos. O sindicalismo equilibrista: entre o continuísmo e as novas práticas. Curitiba: UFPR/SCHLA, 2006, p. 239-258.

LANGER, André. Mutações no mundo do trabalho. A concepção de trabalho de jovens pobres. Cadernos IHU, São Leopoldo-RS, n. 34, 2011.

LANGER, André. Racionalidade econômica, trabalho e ecologia em André Gorz. Caderno CRH, Salvador-BA, v. 30, n. 81, Set./Dez. 2017, p. 479-496.

Outras publicações

Cadernos IHU. Edição 5. LANGER, André. Pelo Êxodo da Sociedade Salarial. A Evolução do Conceito de Trabalho em André Gorz. São Leopoldo, RS. 2005.

Cadernos IHU. Edição 34. LANGER, André . Mutações no mundo do trabalho - A concepção de trabalho de jovens pobres. São Leopoldo, RS. Ano 9. 2011

IHU On-line. [23-07-2019]. LANGER, André. A Previdência Social no Ensino Social da Igreja.

IHU On-line. [27-04-2011]. LANGER, André. Jovens pobres e o novo mundo do trabalho. Entrevista especial com André Langer.

Revista IHU On-Line. Edição 238. [01-10-2007]. LANGER, André. Os três legados de Gorz. Entrevista. São Leopoldo, RS, p. 32-36.

CADERNOS IHU IDEIAS

- N. 01 *A teoria da justiça de John Rawls* – José Nedel
- N. 02 *O feminismo ou os feministas: Uma leitura das produções teóricas* – Edla Eggert
O Serviço Social junto ao Fórum de Mulheres em São Leopoldo – Clair Ribeiro Ziebell e Acadêmicas Anemarie Kirsch Deutrich e Magali Beatriz Strauss
- N. 03 *O programa Linha Direta: a sociedade segundo a TV Globo* – Sonia Montañó
- N. 04 *Ermani M. Fiori – Uma Filosofia da Educação Popular* – Luiz Gilberto Kronbauer
- N. 05 *O ruído de guerra e o silêncio de Deus* – Manfred Zeuch
- N. 06 *BRASIL: Entre a Identidade Vazia e a Construção do Novo* – Renato Janine Ribeiro
- N. 07 *Mundos televisivos e sentidos identitários na TV* – Suzana Klipp
- N. 08 *Simões Lopes Neto e a Invenção do Gaúcho* – Márcia Lopes Duarte
- N. 09 *Oligopólios midiáticos: a televisão contemporânea e as barreiras à entrada* – Valério Cruz Brittos
- N. 10 *Futebol, mídia e sociedade no Brasil: reflexões a partir de um jogo* – Edison Luis Gastaldo
- N. 11 *Os 100 anos de Theodor Adorno e a Filosofia depois de Auschwitz* – Márcia Tiburi
- N. 12 *A domesticação do exótico* – Paula Caleffi
- N. 13 *Pomeranas parceiras no caminho da roça: um jeito de fazer Igreja, Teologia e Educação Popular* – Edla Eggert
- N. 14 *Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros: a prática política no RS* – Gunter Axt
- N. 15 *Medicina social: um instrumento para denúncia* – Stela Nazareth Meneghel
- N. 16 *Mudanças de significado da tatuagem contemporânea* – Débora Krischke Leitão
- N. 17 *As sete mulheres e as negras sem rosto: ficção, história e trivialidade* – Mário Maestri
- N. 18 *Um itinerário do pensamento de Edgar Morin* – Maria da Conceição de Almeida
- N. 19 *Os donos do Poder, de Raymundo Faoro* – Helga Iracema Ladgraf Piccolo
- N. 20 *Sobre técnica e humanismo* – Oswaldo Giacobá Junior
- N. 21 *Construindo novos caminhos para a intervenção societária* – Lucilda Selli
- N. 22 *Física Quântica: da sua pré-história à discussão sobre o seu conteúdo essencial* – Paulo Henrique Dionísio
- N. 23 *Atualidade da filosofia moral de Kant, desde a perspectiva de sua crítica a um solipsismo prático* – Valério Rohden
- N. 24 *Imagens da exclusão no cinema nacional* – Miriam Rossini
- N. 25 *A estética discursiva da tevê e a (des)configuração da informação* – Nisia Martins do Rosário
- N. 26 *O discurso sobre o voluntariado na Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS* – Rosa Maria Serra Bavaresco
- N. 27 *O modo de objetivação jornalística* – Beatriz Alcaraz Marocco
- N. 28 *A cidade afetada pela cultura digital* – Paulo Edison Belo Reyes
- N. 29 *Prevalência de violência de gênero perpetrada por companheiro: Estudo em um serviço de atenção primária à saúde – Porto Alegre, RS* – José Fernando Dresch Kronbauer
- N. 30 *Getúlio, romance ou biografia?* – Juremir Machado da Silva
- N. 31 *A crise e o êxodo da sociedade salarial* – André Gorz
- N. 32 *À meia luz: emergência de uma Teologia Gay* – Seus dilemas e possibilidades – André Sidnei Musskopf
- N. 33 *O vampirismo no mundo contemporâneo: algumas considerações* – Marcelo Pizarro Noronha
- N. 34 *O mundo do trabalho em mutação: As reconfigurações e seus impactos* – Marco Aurélio Santana
- N. 35 *Adam Smith: filósofo e economista* – Ana Maria Bianchi e Antonio Tiago Loureiro Araújo dos Santos
- N. 36 *Igreja Universal do Reino de Deus no contexto do emergente mercado religioso brasileiro: uma análise antropológica* – Ailton Luiz Jungblut
- N. 37 *As concepções teórico-analíticas e as proposições de política econômica de Keynes* – Fernando Ferrari Filho
- N. 38 *Rosa Egípcia: Uma Santa Africana no Brasil Colonial* – Luiz Mott
- N. 39 *Malthus e Ricardo: duas visões de economia política e de capitalismo* – Gentil Corazza
- N. 40 *Corpo e Agenda na Revista Feminina* – Adriana Braga
- N. 41 *A (anti)filosofia de Karl Marx* – Leda Maria Paulani
- N. 42 *Veblen e o Comportamento Humano: uma avaliação após um século de “A Teoria da Classe Ociosa”* – Leonardo Monteiro Monasterio
- N. 43 *Futebol, Mídia e Sociabilidade. Uma experiência etnográfica* – Edison Luis Gastaldo, Rodrigo Marques Leistner, Ronei Teodoro da Silva e Samuel McGinity
- N. 44 *Genealogia da religião. Ensaio de leitura sistêmica de Marcel Gauchet. Aplicação à situação atual do mundo* – Gérard Donnadieu
- N. 45 *A realidade quântica como base da visão de Teilhard de Chardin e uma nova concepção da evolução biológica* – Lothar Schäfer
- N. 46 *“Esta terra tem dono”. Disputas de representação sobre o passado missionário no Rio Grande do Sul: a figura de Sepé Tiaraju* – Ceres Karam Brum
- N. 47 *O desenvolvimento econômico na visão de Joseph Schumpeter* – Achyles Barcelos da Costa
- N. 48 *Religião e elo social. O caso do cristianismo* – Gérard Donnadieu
- N. 49 *Copérnico e Kepler: como a terra saiu do centro do universo* – Geraldo Monteiro Sigaud
- N. 50 *Modernidade e pós-modernidade – luzes e sombras* – Evi-lázio Teixeira
- N. 51 *Violenças: O olhar da saúde coletiva* – Éilda Azevedo Hennington e Stela Nazareth Meneghel
- N. 52 *Ética e emoções morais* – Thomas Kesseling
Juízos ou emoções: de quem é a primazia na moral? – Adriano Naves de Brito
- N. 53 *Computação Quântica. Desafios para o Século XXI* – Fernando Haas
- N. 54 *Atividade da sociedade civil relativa ao desarmamento na Europa e no Brasil* – An Vranckx
- N. 55 *Terra habitável: o grande desafio para a humanidade* – Gilberto Dupas
- N. 56 *O decrescimento como condição de uma sociedade convivial* – Serge Latouche
- N. 57 *A natureza da natureza: auto-organização e caos* – Günter Küppers
- N. 58 *Sociedade sustentável e desenvolvimento sustentável: limites e possibilidades* – Hazel Henderson
- N. 59 *Globalização – mas como?* – Karen Gloy
- N. 60 *A emergência da nova subjetividade operária: a sociabilidade invertida* – Cesar Sanson
- N. 61 *Incidente em Antares e a Trajetória de Ficção de Erico Veríssimo* – Regina Zilberman
- N. 62 *Três episódios de descoberta científica: da caricatura empirista a uma outra história* – Fernando Lang da Silveira e Luiz O. Q. Peduzzi
- N. 63 *Negações e Silenciamentos no discurso acerca da Juventude* – Cátia Andressa da Silva
- N. 64 *Getúlio e a Gira: a Umbanda em tempos de Estado Novo* – Artur Cesar Isaia
- N. 65 *Darcy Ribeiro e o O povo brasileiro: uma alegoria humanista tropical* – Léa Freitas Perez
- N. 66 *Adoece: Morrer ou Viver? Reflexões sobre a cura e a não cura nas reduções jesuítico-guaranis (1609-1675)* – Eliane Cristina Deckmann Fleck
- N. 67 *Em busca da terceira margem: O olhar de Nelson Pereira dos Santos na obra de Guimarães Rosa* – João Guilherme Barone
- N. 68 *Contingência nas ciências físicas* – Fernando Haas
- N. 69 *A cosmologia de Newton* – Ney Lemke

- N. 70 *Física Moderna e o paradoxo de Zenon* – Fernando Haas
- N. 71 *O passado e o presente em Os Inconfidentes, de Joaquim Pedro de Andrade* – Miriam de Souza Rossini
- N. 72 *Da religião e de juventude: modulações e articulações* – Léa Freitas Perez
- N. 73 *Tradição e ruptura na obra de Guimarães Rosa* – Eduardo F. Coutinho
- N. 74 *Raça, nação e classe na historiografia de Moysés Vellinho* – Mário Maestri
- N. 75 *A Geologia Arqueológica na Unisinos* – Carlos Henrique Nowatzki
- N. 76 *Campepinato negro no período pós-abolição: repensando Coronelismo, enxada e voto* – Ana Maria Lugão Rios
- N. 77 *Progresso: como mito ou ideologia* – Gilberto Dupas
- N. 78 *Michael Aglietta: da Teoria da Regulação à Violência da Moeda* – Octávio A. C. Conceição
- N. 79 *Dante de Laytano e o negro no Rio Grande Do Sul* – Moacyr Flores
- N. 80 *Do pré-urbano ao urbano: A cidade missioneira colonial e seu território* – Arno Alvarez Kern
- N. 81 *Entre Canções e versos: alguns caminhos para a leitura e a produção de poemas na sala de aula* – Gláucia de Souza
- N. 82 *Trabalhadores e política nos anos 1950: a ideia de "sindicalismo populista" em questão* – Marco Aurélio Santana
- N. 83 *Dimensões normativas da Biótica* – Alfredo Culleton e Vicente de Paulo Barretto
- N. 84 *A Ciência como instrumento de leitura para explicar as transformações da natureza* – Attico Chassot
- N. 85 *Demanda por empresas responsáveis e Ética Concorrencial: desafios e uma proposta para a gestão da ação organizada do varejo* – Patrícia Almeida Ashley
- N. 86 *Autonomia na pós-modernidade: um delírio?* – Mario Fleig
- N. 87 *Gauchismo, tradição e Tradicionalismo* – Maria Eunice Maciel
- N. 88 *A ética e a crise da modernidade: uma leitura a partir da obra de Henrique C. de Lima Vaz* – Marcelo Perine
- N. 89 *Limites, possibilidades e contradições da formação humana na Universidade* – Laurício Neumann
- N. 90 *Os índios e a História Colonial: lendo Cristina Pompa e Regina Almeida* – Maria Cristina Bohn Martins
- N. 91 *Subjetividade moderna: possibilidades e limites para o cristianismo* – Franklin Leopoldo e Silva
- N. 92 *Saberes populares produzidos numa escola de comunidade de catadores: um estudo na perspectiva da Etnomatemática* – Daiane Martins Bocasanta
- N. 93 *A religião na sociedade dos indivíduos: transformações no campo religioso brasileiro* – Carlos Alberto Steil
- N. 94 *Movimento sindical: desafios e perspectivas para os próximos anos* – Cesar Sanson
- N. 95 *De volta para o futuro: os precursores da nanotecnologia* – Peter A. Schulz
- N. 96 *Vianna Moog como intérprete do Brasil* – Enildo de Moura Carvalho
- N. 97 *A paixão de Jacobina: uma leitura cinematográfica* – Mari-nês Andrea Kunz
- N. 98 *Resiliência: um novo paradigma que desafia as religiões* – Susana Maria Rocca Larrosa
- N. 99 *Sociabilidades contemporâneas: os jovens na lan house* – Vanessa Andrade Pereira
- N. 100 *Autonomia do sujeito moral em Kant* – Valério Rohden
- N. 101 *As principais contribuições de Milton Friedman à Teoria Monetária: parte 1* – Roberto Camps Moraes
- N. 102 *Uma leitura das inovações bio(nano)tecnológicas a partir da sociologia da ciência* – Adriano Premebidá
- N. 103 *ECODI – A criação de espaços de convivência digital virtual no contexto dos processos de ensino e aprendizagem em metaverso* – Eliane Schlemmer
- N. 104 *As principais contribuições de Milton Friedman à Teoria Monetária: parte 2* – Roberto Camps Moraes
- N. 105 *Futebol e identidade feminina: um estudo etnográfico sobre o núcleo de mulheres gremistas* – Marcelo Pizarro Noronha
- N. 106 *Justificação e prescrição produzidas pelas Ciências Humanas: Igualdade e Liberdade nos discursos educacionais contemporâneos* – Paula Corrêa Henning
- N. 107 *Da civilização do segredo à civilização da exibição: a família na vitrine* – Maria Isabel Barros Bellini
- N. 108 *Trabalho associado e ecologia: vislumbrando um ethos solidário, terno e democrático?* – Telmo Adams
- N. 109 *Transumanismo e nanotecnologia molecular* – Celso Candido de Azambuja
- N. 110 *Formação e trabalho em narrativas* – Leandro R. Pinheiro
- N. 111 *Autonomia e submissão: o sentido histórico da administração* – Yeda Crusius no Rio Grande do Sul – Mário Maestri
- N. 112 *A comunicação paulina e as práticas publicitárias: São Paulo e o contexto da publicidade e propaganda* – Denis Gerson Simões
- N. 113 *Isto não é uma janela: Flusser, Surrealismo e o jogo contra* – Esp. Yentl Delanhesi
- N. 114 *SBT: jogo, televisão e imaginário de azar brasileiro* – Sonia Montano
- N. 115 *Educação cooperativa solidária: perspectivas e limites* – Carlos Daniel Baio
- N. 116 *Humanizar o humano* – Roberto Carlos Fávero
- N. 117 *Quando o mito se torna verdade e a ciência, religião* – Róber Freitas Bachinski
- N. 118 *Colonizando e descolonizando mentes* – Marcelo Dascal
- N. 119 *A espiritualidade como fator de proteção na adolescência* – Luciana F. Marques e Débora D. Dell'Aglio
- N. 120 *A dimensão coletiva da liderança* – Patrícia Martins Fagundes Cabral e Nedio Seminoti
- N. 121 *Nanotecnologia: alguns aspectos éticos e teológicos* – Eduardo R. Cruz
- N. 122 *Direito das minorias e Direito à diferenciação* – José Rogério Lopes
- N. 123 *Os direitos humanos e as nanotecnologias: em busca de marcos regulatórios* – Wilson Engelmann
- N. 124 *Desejo e violência* – Rosane de Abreu e Silva
- N. 125 *As nanotecnologias no ensino* – Solange Binotto Fagan
- N. 126 *Câmara Cascuo: um historiador católico* – Bruna Rafaela de Lima
- N. 127 *O que o câncer faz com as pessoas? Reflexões na literatura universal: Leo Tolstoi – Thomas Mann – Alexander Soljenitsin – Philip Roth – Karl-Josef Kuschel*
- N. 128 *Dignidade da pessoa humana e o direito fundamental à identidade genética* – Ingo Wolfgang Sarlet e Selma Rodrigues Petterle
- N. 129 *Aplicações de caos e complexidade em ciências da vida* – Ivan Amaral Guerrini
- N. 130 *Nanotecnologia e meio ambiente para uma sociedade sustentável* – Paulo Roberto Martins
- N. 131 *A philia como critério de inteligibilidade da mediação comunitária* – Rosa Maria Zaia Borges Abrão
- N. 132 *Linguagem, singularidade e atividade de trabalho* – Marlene Teixeira e Ederson de Oliveira Cabral
- N. 133 *A busca pela segurança jurídica na jurisdição e no processo sob a ótica da teoria dos sistemas sociais de Niklas Luhmann* – Leonardo Grison
- N. 134 *Motores Biomoleculares* – Ney Lemke e Luciano Hennemann
- N. 135 *As redes e a construção de espaços sociais na digitalização* – Ana Maria Oliveira Rosa
- N. 136 *De Marx a Durkheim: Algumas apropriações teóricas para o estudo das religiões afro-brasileiras* – Rodrigo Marques Leistner
- N. 137 *Redes sociais e enfrentamento do sofrimento psíquico: sobre como as pessoas reconstruem suas vidas* – Breno Augusto Souto Maior Fontes
- N. 138 *As sociedades indígenas e a economia do dom: O caso dos guaranis* – Maria Cristina Bohn Martins
- N. 139 *Nanotecnologia e a criação de novos espaços e novas identidades* – Marise Borja da Silva
- N. 140 *Platão e os Guarani* – Beatriz Helena Domingues
- N. 141 *Direitos humanos na mídia brasileira* – Diego Airoso da Motta

- N. 142 *Jornalismo Infantil: Apropriações e Aprendizagens de Crianças na Recepção da Revista Recreio* – Greycy Vargas
- N. 143 *Derrida e o pensamento da desconstrução: o redimensionamento do sujeito* – Paulo Cesar Duque-Estrada
- N. 144 *Inclusão e Biopolítica* – Maura Corcini Lopes, Kamila Lokmann, Morgana Domênica Hattge e Viviane Klaus
- N. 145 *Os povos indígenas e a política de saúde mental no Brasil: composição simétrica de saberes para a construção do presente* – Bianca Sordi Stock
- N. 146 *Reflexões estruturais sobre o mecanismo de REDD* – Camila Moreno
- N. 147 *O animal como próximo: por uma antropologia dos movimentos de defesa dos direitos animais* – Caetano Sordi
- N. 148 *Avaliação econômica de impactos ambientais: o caso do aterro sanitário em Canoas-RS* – Fernanda Schutz
- N. 149 *Cidadania, autonomia e renda básica* – Josué Pereira da Silva
- N. 150 *Imagética e formações religiosas contemporâneas: entre a performance e a ética* – José Rogério Lopes
- N. 151 *As reformas político-econômicas pomalinas para a Amazônia: e a expulsão dos jesuítas do Grão-Pará e Maranhão* – Luiz Fernando Medeiros Rodrigues
- N. 152 *Entre a Revolução Mexicana e o Movimento de Chiapas: a tese da hegemonia burguesa no México ou "por que voltar ao México 100 anos depois"* – Claudia Wasseman
- N. 153 *Globalização e o pensamento econômico franciscano: Orientação do pensamento econômico franciscano e Caritas in Veritate* – Stefano Zamagni
- N. 154 *Ponto de cultura teko arandu: uma experiência de inclusão digital indígena na aldeia kaiowá e guarani Te'yikue no município de Caarapó-MS* – Neimar Machado de Sousa, Antonio Brand e José Francisco Sarmento
- N. 155 *Civilizar a economia: o amor e o lucro após a crise econômica* – Stefano Zamagni
- N. 156 *Intermitências no cotidiano: a clínica como resistência inventiva* – Mário Francis Petry Londero e Simone Mainieri Paulon
- N. 157 *Democracia, liberdade positiva, desenvolvimento* – Stefano Zamagni
- N. 158 *"Passemos para a outra margem": da homofobia ao respeito à diversidade* – Omar Lucas Perrout Fortes de Sales
- N. 159 *A ética católica e o espírito do capitalismo* – Stefano Zamagni
- N. 160 *O Slow Food e novos princípios para o mercado* – Eriberto Nascente Silveira
- N. 161 *O pensamento ético de Henri Bergson: sobre As duas fontes da moral e da religião* – André Brayner de Farias
- N. 162 *O modus operandi das políticas econômicas keynesianas* – Fernando Ferrari Filho e Fábio Henrique Bittes Terra
- N. 163 *Cultura popular tradicional: novas mediações e legitimações culturais de mestres populares paulistas* – André Luiz da Silva
- N. 164 *Será o decrescimento a boa nova de Ivan Illich?* – Serge Latouche
- N. 165 *Agostos! A "Crise da Legalidade": vista da janela do Consulado dos Estados Unidos em Porto Alegre* – Carla Simone Rodeghero
- N. 166 *Convivialidade e decrescimento* – Serge Latouche
- N. 167 *O impacto da plantação extensiva de eucalipto nas culturas tradicionais: Estudo de caso de São Luis do Paraitinga* – Marcelo Henrique Santos Toledo
- N. 168 *O decrescimento e o sagrado* – Serge Latouche
- N. 169 *A busca de um ethos planetário* – Leonardo Boff
- N. 170 *O salto mortal de Louk Hulsman e a desinstitucionalização do ser: um convite ao abolicionismo* – Marco Antonio de Abreu Scapini
- N. 171 *Sub specie aeternitatis – O uso do conceito de tempo como estratégia pedagógica de religação dos saberes* – Gerson Egas Severo
- N. 172 *Theodor Adorno e a frieza burguesa em tempos de tecnologias digitais* – Bruno Pucci
- N. 173 *Técnicas de si nos textos de Michel Foucault: A influência do poder pastoral* – João Roberto Barros II
- N. 174 *Da mônada ao social: A intersubjetividade segundo Levinas* – Marcelo Fabri
- N. 175 *Um caminho de educação para a paz segundo Hobbes* – Lucas Mateus Dalsetto e Everaldo Cescon
- N. 176 *Da magnitude e ambivalência à necessária humanização da tecnociência segundo Hans Jonas* – Jelson Roberto de Oliveira
- N. 177 *Um caminho de educação para a paz segundo Locke* – Odair Camati e Paulo César Nodari
- N. 178 *Crime e sociedade estamental no Brasil: De como la ley es como la serpiente; solo pica a los descalzos* – Lenio Luiz Streck
- N. 179 *Um caminho de educação para a paz segundo Rousseau* – Mateus Boldori e Paulo César Nodari
- N. 180 *Limites e desafios para os direitos humanos no Brasil: entre o reconhecimento e a concretização* – Afonso Maria das Chagas
- N. 181 *Apátridas e refugiados: direitos humanos a partir da ética da alteridade* – Gustavo Oliveira de Lima Pereira
- N. 182 *Censo 2010 e religiões: reflexões a partir do novo mapa religioso brasileiro* – José Rogério Lopes
- N. 183 *A Europa e a ideia de uma economia civil* – Stefano Zamagni
- N. 184 *Para um discurso jurídico-penal libertário: a pena como dispositivo político (ou o direito penal como "discurso-limite")* – Augusto Jobim do Amaral
- N. 185 *A identidade e a missão de uma universidade católica na atualidade* – Stefano Zamagni
- N. 186 *A hospitalidade frente ao processo de reassentamento solidário aos refugiados* – Joseane Mariéles Schuck Pinto
- N. 187 *Os arranjos colaborativos e complementares de ensino, pesquisa e extensão na educação superior brasileira e sua contribuição para um projeto de sociedade sustentável no Brasil* – Marcelo F. de Aquino
- N. 188 *Os riscos e as loucuras dos discursos da razão no campo da prevenção* – Luis David Castiel
- N. 189 *Produções tecnológicas e biomédicas e seus efeitos produtivos e prescritivos nas práticas sociais e de gênero* – Marlene Tamanini
- N. 190 *Ciência e justiça: Considerações em torno da apropriação da tecnologia de DNA pelo direito* – Claudia Fonseca
- N. 191 *#VEMpraRUA: Outono brasileiro? Leituras* – Bruno Lima Rocha, Carlos Gadea, Giovanni Alves, Giuseppe Cocco, Luiz Werneck Vianna e Rudá Ricci
- N. 192 *A ciência em ação de Bruno Latour* – Leticia de Luna Freire
- N. 193 *Laboratórios e Extrações: quando um problema técnico se torna uma questão sociotécnica* – Rodrigo Ciconet Dornelles
- N. 194 *A pessoa na era da biopolítica: autonomia, corpo e subjetividade* – Heloisa Helena Barboza
- N. 195 *Felicidade e Economia: uma retrospectiva histórica* – Pedro Henrique de Moraes Campetti e Torgo Wickstrom Alves
- N. 196 *A colaboração de Jesuítas, Leigos e Leigas nas Universidades confiadas à Companhia de Jesus: o diálogo entre humanismo evangélico e humanismo tecnocientífico* – Adolfo Nicolás
- N. 197 *Brasil: verso e reverso constitucional* – Fábio Konder Comparato
- N. 198 *Sem-religião no Brasil: Dois estranhos sob o guarda-chuva* – Jorge Claudio Ribeiro
- N. 199 *Uma ideia de educação segundo Kant: uma possível contribuição para o século XXI* – Felipe Bragagnolo e Paulo César Nodari
- N. 200 *Aspectos do direito de resistir e a luta social por moradia urbana: a experiência da ocupação Raízes da Praia* – Natalia Martinuzzi Castilho
- N. 201 *Desafios éticos, filosóficos e políticos da biologia sintética* – Jordi Maiso
- N. 202 *Fim da Política, do Estado e da cidadania?* – Roberto Romano
- N. 203 *Constituição Federal e Direitos Sociais: avanços e recuos da cidadania* – Maria da Glória Gohn
- N. 204 *As origens históricas do racionalismo, segundo Feyerabend* – Miguel Ângelo Flach

- N. 205 *Compreensão histórica do regime empresarial-militar brasileiro* – Fábio Konder Comparato
- N. 206 *Sociedade tecnológica e a defesa do sujeito: Technological society and the defense of the individual* – Karla Saraiva
- N. 207 *Territórios da Paz: Territórios Produtivos?* – Giuseppe Cocco
- N. 208 *Justiça de Transição como Reconhecimento: limites e possibilidades do processo brasileiro* – Roberta Camineiro Baggio
- N. 209 *As possibilidades da Revolução em Elul* – Jorge Barrantes-Parra
- N. 210 *A grande política em Nietzsche e a política que vem em Agamben* – Márcia Rosane Junges
- N. 211 *Foucault e a Universidade: Entre o governo dos outros e o governo de si mesmo* – Sandra Caponi
- N. 212 *Verdade e História: arqueologia de uma relação* – José D'Assunção Barros
- N. 213 *A Relevante Herança Social do Pe. Amstad SJ* – José Odelson Schneider
- N. 214 *Sobre o dispositivo. Foucault, Agamben, Deleuze* – Sandro Chignola
- N. 215 *Repensar os Direitos Humanos no Horizonte da Libertação* – Alejandro Rosillo Martinez
- N. 216 *A realidade complexa da tecnologia* – Alberto Cupani
- N. 217 *AArte da Ciência e a Ciência da Arte: Uma abordagem a partir de Paul Feyerabend* – Hans Georg Flickinger
- N. 218 *O ser humano na idade da técnica* – Humberto Galimberti
- N. 219 *A Racionalidade Contextualizada em Feyerabend e suas Implicações Éticas: Um Paralelo com Alasdair MacIntyre* – Halina Macedo Leal
- N. 220 *O Marquês de Pombal e a Invenção do Brasil* – José Eduardo Franco
- N. 221 *Neurofuturos para sociedades de controle* – Timothy Lenoir
- N. 222 *O poder judiciário no Brasil* – Fábio Konder Comparato
- N. 223 *Os marcos e as ferramentas éticas das tecnologias de gestão* – Jesús Conill Sancho
- N. 224 *O restabelecimento da Companhia de Jesus no extremo sul do Brasil (1842-1867)* – Luiz Fernando Medeiros Rodrigues
- N. 225 *O grande desafio dos indígenas nos países andinos: seus direitos sobre os recursos naturais* – Xavier Albó
- N. 226 *Justiça e perdão* – Xabier Etxebarria Mauleon
- N. 227 *Paraguai: primeira vigilância massiva norte-americana e a descoberta do Arquivo do Terror (Operação Condor)* – Martín Almada
- N. 228 *A vida, o trabalho, a linguagem. Biopolítica e biocapitalismo* – Sandro Chignola
- N. 229 *Um olhar biopolítico sobre a bioética* – Anna Quintanas Feixas
- N. 230 *Biopoder e a constituição étnico-racial das populações: Racismo, eugenia e a gestão biopolítica da mestiçagem no Brasil* – Gustavo da Silva Kern
- N. 231 *Bioética e biopolítica na perspectiva hermenêutica: uma ética do cuidado da vida* – Jesús Conill Sancho
- N. 232 *Migrantes por necessidade: o caso dos senegaleses no Norte do Rio Grande do Sul* – Dirceu Benincá e Vânia Aguiar Pinheiro
- N. 233 *Capitalismo biocognitivo e trabalho: desafios à saúde e segurança* – Elsa Cristine Bevan
- N. 234 *O capital no século XXI e sua aplicabilidade à realidade brasileira* – Róber Humet Avila & João Batista Santos Conceição
- N. 235 *Biopolítica, raça e nação no Brasil (1870-1945)* – Mozart Linhares da Silva
- N. 236 *Economias Biopolíticas da Dívida* – Michael A. Peters
- N. 237 *Paul Feyerabend e Contra o Método: Quarenta Anos do Início de uma Provocação* – Halina Macedo Leal
- N. 238 *O trabalho nos frigoríficos: escravidão local e global?* – Leandro Inácio Walter
- N. 239 *Brasil: A dialética da dissimulação* – Fábio Konder Comparato
- N. 240 *O irrepresentável* – Homero Santiago
- N. 241 *O poder pastoral, as artes de governo e o estado moderno* – Castor Bartolomé Ruiz
- N. 242 *Uma crise de sentido, ou seja, de direção* – Stefano Zamagni
- N. 243 *Diagnóstico Socioterritorial entre o chão e a gestão* – Dirce Koga
- N. 244 *A função-educador na perspectiva da biopolítica e da governamentalidade neoliberal* – Alexandre Filardi de Carvalho
- N. 245 *Esquecer o neoliberalismo: aceleracionismo como terceiro espírito do capitalismo* – Moysés da Fontoura Pinto Neto
- N. 246 *O conceito de subsunção do trabalho ao capital: rumo à subsunção da vida no capitalismo biocognitivo* – Andrea Fumagalli
- N. 247 *Educação, indivíduo e biopolítica: A crise do governo* – Dora Lília Marin-Díaz
- N. 248 *Reinvenção do espaço público e político: o individualismo atual e a possibilidade de uma democracia* – Roberto Romano
- N. 249 *Jesuitas em campo: a Companhia de Jesus e a questão agrária no tempo do CLACIAS (1966-1980)* – Iraneilson Santos Costa
- N. 250 *A Liberdade Viglada: Sobre Privacidade, Anonimato e Vigilantismo com a Internet* – Pedro Antonio Dourado de Rezende
- N. 251 *Políticas Públicas, Capitalismo Contemporâneo e os horizontes de uma Democracia Estrangeira* – Francini Lube Guizardi
- N. 252 *A Justiça, Verdade e Memória: Comissão Estadual da Verdade* – Carlos Frederico Guazzelli
- N. 253 *Reflexões sobre os espaços urbanos contemporâneos: quais as nossas cidades?* – Vinicius Nicastro Honesko
- N. 254 *Ubuntu como ética africana, humanista e inclusiva* – Jean-Bosco Kakzi Kashindi
- N. 255 *Mobilização e ocupações dos espaços físicos e virtuais: possibilidades e limites da reinvenção da política nas metrópoles* – Marcelo Castañeda
- N. 256 *Indicadores de Bem-Estar Humano para Povos Tradicionais: O caso de uma comunidade indígena na fronteira da Amazônia Brasileira* – Luiz Felipe Barbosa Lacerda e Luis Eduardo Acosta Muñoz
- N. 257 *Cerrado. O laboratório antropológico ameaçado pela desterritorialização* – Altair Sales Barbosa
- N. 258 *O impensado como potência e a desativação das máquinas de poder* – Rodrigo Karmy Bolton
- N. 259 *Identidade de Esquerda ou Pragmatismo Radical?* – Moysés Pinto Neto
- N. 260 *Itinerários versados: redes e identizações nas periferias de Porto Alegre?* – Leandro Rogério Pinheiro
- N. 261 *Fugindo para a frente: limites da reinvenção da política no Brasil contemporâneo* – Henrique Costa
- N. 262 *As sociabilidades virtuais globalizadas na metrópole: experiências do ativismo cibernético do grupo Direitos Urbanos no Recife* – Breno Augusto Souto Maior Fontes e Davi Barboza Cavalcanti
- N. 263 *Seis hipóteses para ler a conjuntura brasileira* – Sauro Bellezza
- N. 264 *Saúde e igualdade: a relevância do Sistema Único de Saúde (SUS)* – Stela N. Meneghel
- N. 265 *Economia política aristotélica: cuidando da casa, cuidando do comum* – Armando de Melo Lisboa
- N. 266 *Contribuições da teoria biopolítica para a reflexão sobre os direitos humanos* – Aline Albuquerque
- N. 267 *O que resta da ditadura? Estado democrático de direito e exceção no Brasil* – Giuseppe Tosi
- N. 268 *Contato e improvisação: O que pode querer dizer autonomia?* – Alana Moraes de Souza
- N. 269 *A perversão da política moderna: a apropriação de conceitos teológicos pela máquina governamental do Ocidente* – Osiel Lourenço de Carvalho
- N. 270 *O campo de concentração: Um marco para a (bio) política moderna* – Viviane Zaremski Braga
- N. 271 *O que caminhar ensina sobre o bem-viver? Thoreau e o apelo da natureza* – Flavio Williges
- N. 272 *Interfaces da morte no imaginário da cultura popular mexicana* – Rafael Lopez Villaseñor
- N. 273 *Poder, persuasão e novos domínios da(s) identidade(s) diante do(s) fundamentalismo(s) religioso(s) na contemporaneidade brasileira* – Celso Gabatz
- N. 274 *Tarefa da esquerda permanece a mesma: barrar o caráter predatório automático do capitalismo* – Acacium Oliveira

- N. 275 *Tendências econômicas do mundo contemporâneo* – Alessandra Smerilli
- N. 276 *Uma crítica filosófica à teoria da Sociedade do Espetáculo em Guy Debord* – Atílio Machado Peppe
- N. 277 *O Modelo atual de Capitalismo e suas formas de Captura da Subjetividade e de Exploração Social* – José Roque Junges
- N. 278 *Da esperança ao ódio: Juventude, política e pobreza do lulismo ao bolsionarismo* – Rosana Pinheiro-Machado e Lucia Murj Scalo
- N. 279 *O mal-estar na cultura medicamentalizada* – Luis David Castiel
- N. 280 *Mistérios da economia (divina) e do ministério (angélico). Quando a teologia fornece um paradigma para a filosofia política e esta retroage à teologia* – Alain Gignac
- N. 281 *A Campanha da Legalidade e a radicalização do PTB na década de 1960. Reflexos no contexto atual* – Mário José Maestri Filho
- N. 282 *A filosofia moral de Adam Smith face às leituras reducionistas de sua obra: ensaio sobre os fundamentos do indivíduo egoísta contemporâneo* – Angela Ganem
- N. 283 *Vai, malandra. O despertar ontológico do planeta fome* – Armando de Melo Lisboa
- N. 284 *Renda básica em tempos difíceis* – Josué Pereira da Silva
- N. 285 *Isabelle Stengers no tempo das catástrofes. Quinze questões e um artifício sobre a obras* – Ricardo de Jesus Machado
- N. 286 *O "velho capitalismo" e seu fôlego para dominação do tempo e do espaço* – Luiz Gonzaga Belluzzo
- N. 287 *A tecnologia na vida cotidiana e nas instituições: Heidegger, Agamben e Sloterdijk* – Itamar Soares Veiga
- N. 288 *Para arejar a cúpula do judiciário* – Fábio Konder Comparato
- N. 289 *A Nova Providência via de transformação estrutural da segurança social brasileira* – Mari-linda Marques Fernandes
- N. 290 *A Universidade em busca de um novo tempo* – Prof. Dr. Pe. Pedro Gilberto Gomes
- N. 291 *Tributação, políticas públicas e propostas fiscais do novo governo* – Róber Iturriet Avila e Mário Lúcio Pedrosa Gomes Martins
- N. 292 *As identidades Chiquitanas em perigo nas fronteiras* – Aloir Pacini
- N. 293 *Mudança de paradigma pós-crise do coronavirus* – Fábio Carlos Rodrigues Alves
- N. 294 *O Mar da Unidade: roteiro livre para a leitura do Masnavi de Rûmî* – Faustino Teixeira
- N. 295 *Função social da propriedade e as tragédias socioambientais de Mariana e Brumadinho: Um constitucionalismo que não é para valer* – Cristiano de Melo Bastos
- N. 296 *O desassossego do leitor: subjetividades juvenis e leitura na contemporaneidade* – Maria Isabel Mendes de Almeida
- N. 297 *Escatologias tecnopolíticas contemporâneas* – Ednei Genaro
- N. 298 *Narrativa de uma Travessia* – Faustino Teixeira
- N. 299 *Efeito covid-19: espaço liso e Bem Viver*– Wallace Antonio Dias Silva
- N. 300 *Zeitgeist pós-iluminista e contrarrevolução científica na análise econômica*– Armando de Melo Lisboa
- N. 301 *Educação, tecnologias 4.0 e a estetização ilimitada da vida: pistas para uma crítica curricular*– Roberto Rafael Dias da Silva
- N. 302 *Mídia, infância e socialização: perspectivas contemporâneas* – Renata Tomaz
- N. 303 *A colonialidade do poder no direito à cidade: a experiência do Cais Mauá de Porto Alegre* – Karina Macedo Gomes Fernandes
- N. 304 *Ártico, o canário da mina para o aquecimento global* – Flavio Marcelo de Mattos Paim
- N. 305 *A transformação dos atores sociais em produção e recepção: trajecto empírico-metodológico de uma pesquisa* – Aline Weschenfelder
- N. 306 *Impactos Ambientais de Parques Eólicos no Semiárido Baiano: do licenciamento atual a novas perspectivas* – Rosana Batista Almeida
- N. 307 *História de José, O Carpinteiro, como narrativa de Esperança* – Patrik Bruno Furquim dos Santos
- N. 308 *Violências, injustiças e sofrimento humano: o impacto das desigualdade-sociais nas percepções de Martin-Baró, Ricoeur e Nietzsche* – Lina Faria e Rafael Andrés Patino
- N. 309 *Catadores de materiais recicláveis: novos sujeitos de direitos na construção da sustentabilidade ambiental* – Mariza Rios e Giovanna Rodrigues de Assis
- N. 310 *A imagem do pobre nos filmes de Pasolini e Glauber como chave para compreender a ação do capitalismo* – Vladimir Lacerda Santafé
- N. 311 *Aprendizados no campo da metodologia de orientação acadêmica* – Faustino Teixeira
- N. 312 *O Desespero Inconsciente de Kierkegaard: melancolia, preguiça, vertigem e suicídio* – Paulo Abe
- N. 313 *Os Direitos Humanos como parâmetro para as democracias contemporâneas: o caso brasileiro* – José Dalvo Santiago da Cruz
- N.314 *Algoritmização da vida: a nova governamentalização das condutas* – Castor M.M. Bartolomé Ruiz
- N. 315 *Capital e ideologia de Thomas Piketty: um breve guia de leitura* – Alexandre Alves
- N. 316 *"Ecologia com espírito dentro": sobre Povos Indígenas, Xamanismo e Antropoceno* – Nicole Soares Pinto
- N.317 *A chacinagem dos chiquitanos* – Aloir Pacini e Loyuá Ribeiro F. M. da Costa
- N. 318 *Mestre Eckhart: Deus se faz presente enquanto ausência de imagens e de privilégios* – Matteo Raschiotti
- N. 319 *Indígenas nas cidades: memórias "esquecidas" e direitos violados* – Alencide Baeta
- N. 320 *Pindó Poty é Guarani!* – Roberto Antonio Liebgott e Aloir Pacini
- N. 321 *Desbravar o Futuro. A antropotecnologia e os horizontes da hominização a partir do pensamento de Peter Sloterdijk* – Rodrigo Petronio
- N. 322 *A Trajetória Metodológica Suscitadora de Jesús Martín-Barbero* – Alberto Efenidy Maldonado Gómez de la Torre
- N. 323 *O capitalismo de crise: lógicas e estratégias de dominação* – Luiz Inácio Gaiger



UNISINOS